

Moratória foi inócuia

BELO HORIZONTE — Mesmo com a moratória por 90 dias decretada por Itamar Franco, o governo de Minas Gerais só tem recursos para pagar as contas essenciais dos meses de janeiro e fevereiro. A partir de março, caso não haja uma solução para a crise financeira dos estados, não haverá dinheiro para pagar a folha do funcionalismo. A situação do estado já começa a se deteriorar: ambulâncias dos hospitais públicos pararam circular porque os fornecedores de gasolina, que não recebem há cinco meses, se recusam a abastecer os veículos.

A expectativa dos integrantes do governo Itamar é que, nas próximas semanas, outros grandes estados também estejam enfrentando situação de colapso financeiro. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, já declarou que, se nada mudar, não terá como pagar a folha de março. "É preciso encontrar uma solução até março", disse um importante membro da equipe econômica do governo mineiro.

Desde a posse de Itamar, o governo mineiro vem implementando um corte de 30% nas despesas. Mesmo assim, só foi possível pagar a folha de pagamentos de janeiro por causa dos recursos arrecadados com a cobrança antecipada do IPVA, que também ajudarão a cobrir a folha de fevereiro. Para março, não há perspectiva de entrada de dinheiro extra.

Fôlego — Outra dificuldade é que o governo estadual não tem fôlego para sustentar por muito mais tempo a suspensão do pagamento aos fornecedores, interrompido pelo ex-governador Eduardo Azeredo.

O efeito da moratória da dívida com a União foi nulo. Os recursos que o estado vêm deixando de receber por conta do bloqueio das transferências de verbas federais somam cerca de R\$ 80 milhões por mês, valor equivalente ao que Minas deixou de pagar à União.

Os repasses bloqueados se referem ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), às compensações pelas perdas causadas pela Lei Kandir e à parcela do IPI relativa às compensações de exportações. As instituições financeiras internacionais também deverão suspender a li-

beração de parcelas de empréstimos para projetos em execução.

A equipe da secretaria do Planejamento, comandada pelo ex-deputado Manoel Costa (PDT), trabalha com uma previsão de custeio mínimo mensal de R\$ 65 milhões, além dos R\$ 420 milhões da folha do funcionalismo. O valor do custeio mínimo já reflete o corte de 30% nas despesas, um dos primeiros atos de Itamar.

Corte — A execução do corte de 30% vem sendo administrada por uma comissão integrada por representantes das secretarias da Fazenda, Planejamento e Administração. Secretarias e autarquias estaduais receberam orientação para incluir, entre medidas de economia, a dispensa de funcionários contratados sem concurso público ou por prestadoras de serviços.

A ordem é apertar o cinto e adiar despesas. Entre as contas adiadas está a parte do 13º salário não paga pelo governo Azeredo, que soma R\$ 250 milhões. "O pagamento do 13º não é responsabilidade deste governo. A opção é garantir o pagamento em dia das folhas de 1999", disse um integrante da equipe econômica de Itamar.

O critério também vale para o pagamento aos fornecedores do estado. A intenção do governo é saldar as despesas da atual administração e, sempre que possível, deixar para depois a liquidação das dívidas contraídas pelo governo passado. O plano é negociar a redução das dívidas e quitá-las em parcelas.

O déficit do estado em 1998, segundo os dados do governo passado, somou R\$ 870 milhões. Esse valor, observam técnicos da administração Itamar, refere-se ao déficit apurado e não inclui dívidas represadas, como o pagamento do 13º, os débitos com institutos de previdência do funcionalismo civil e dos policiais militares, e as dívidas com fornecedores.

Essas dívidas, segundo o atual governo, elevam o déficit do ano passado para perto de R\$ 1,5 bilhão. O pagamento à maioria dos fornecedores acumulava atrasos entre quatro e seis meses.

(T.B.)